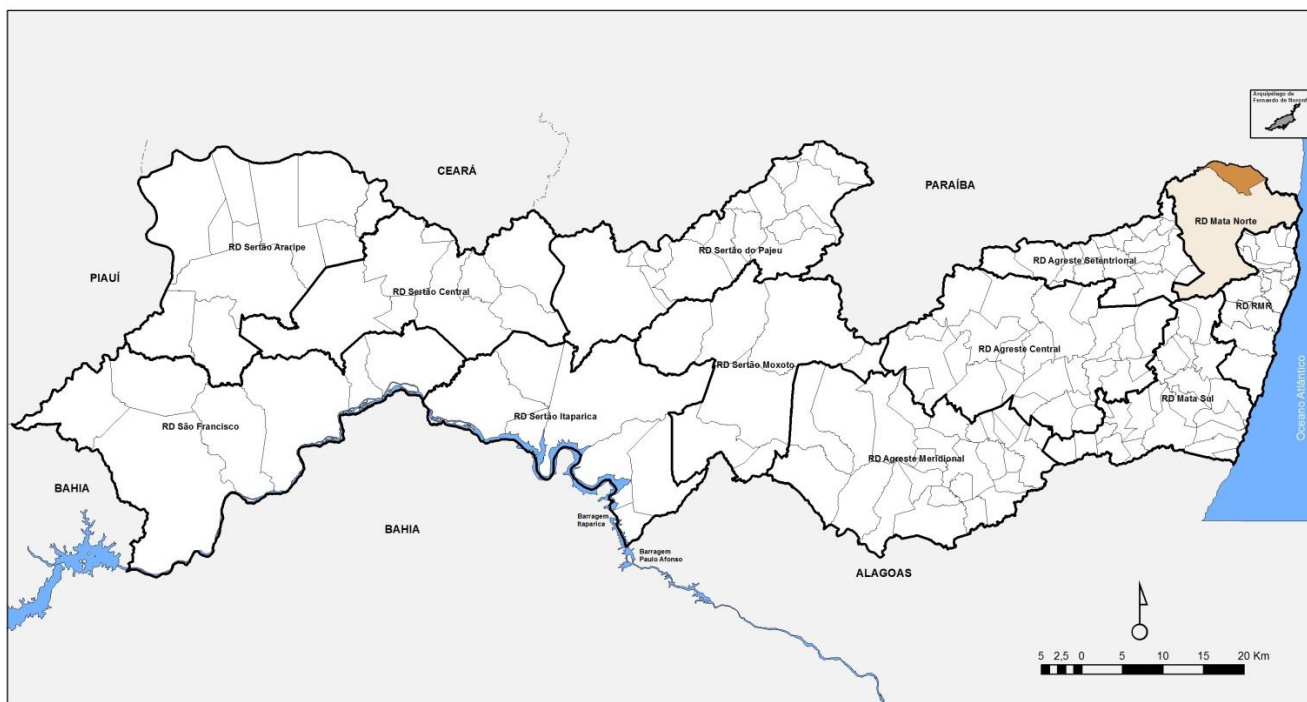


HISTÓRIA MUNICIPAL ITAMBÉ



Desmembrado do município de Goiana

Data de criação da vila: 20/05/1867 Lei Provincial nº 720

Data de instalação: fevereiro/1868

Data cívica (aniversário da cidade): 04/02

O município de Itambé situa-se em terras primitivamente habitadas pelos índios cariris. As primeiras correntes de povoamento, constituídas de portugueses e mazombos, começaram a chegar em fins do século XVI. Um dos heróis da Restauração Pernambucana do domínio holandês, o capitão-general André Vidal de Negreiros, erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro, no lugar conhecido como Pedras de Fogo, no território que hoje se compreende no município de Itambé. Para patrimônio da igreja ele doou todo o terreno da atual freguesia, vinculando ainda o Engenho Novo de Goiana e o de Palha, além de várias fazendas de gado, com extensão superior a 120 km. A doação foi confirmada por alvará de janeiro de 1681, que concedia ao administrador e a seus sucessores a graça de nomear o pároco da freguesia.



Essa concessão consta, também, da Carta de Apresentação passada pela Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa, no dia 02 de outubro de 1746. Mais tarde, a nomeação do pároco passou a ser atribuição da Casa de Misericórdia de Lisboa, dependendo apenas de aprovação régia. Em 07 de janeiro de 1711, no ato de restauração da vila de Goiana, as paróquias de Taquara e Desterro (hoje Itambé) ficaram a ela vinculadas. Por provisão do primeiro bispo da Diocese, D. Estevão Briosso de Figueiredo, de 02 de janeiro de 1789, a capela de Nossa Senhora do Desterro foi elevada a igreja paroquial curada, desmembrando-se da freguesia de Goiana, sendo essa criação aprovada pela carta régia do dia 06 do mesmo mês e ano, que também criou o distrito com a denominação de Itambé.

O topônimo é um vocábulo de origem indígena, que significa “pedra afiada”, “pedra de amolar” ou “pedra de fogo”, razão pela qual os habitantes do povoado anexo, hoje município do estado da Paraíba, adotaram a denominação de Pedras de Fogo. Conforme a tradição local, a origem do nome deve-se à grande quantidade de pedras (calhaus) avermelhadas que, friccionadas entre si, produzem faíscas.

Em 20 de maio de 1833 uma Resolução do Conselho do Governo de Pernambuco dividiu a província em nove comarcas, uma das quais a de Goiana, a cujo termo ficou pertencendo a freguesia de Itambé, conforme determinava o art. 2º da referida resolução. Extinto o vínculo, em 1842, a sede da freguesia passou à capela curada de Itambé. Em 07 de dezembro de 1846 a Lei Provincial nº 184 transferiu a sede da freguesia de Itambé para a povoação de Pedras de Fogo, servindo de matriz a capela filial da invocação de Santo Antônio, dessa povoação. Em 20 de maio de 1867 a Lei Provincial nº 720 criou o termo e comarca de Itambé, com sede na povoação de Pedras de Fogo, que, para isso, foi elevada à categoria de vila, com território desmembrado de Goiana. A instalação ocorreu em fevereiro de 1868.



Pela Lei Provincial nº 1.055, de 06 de junho de 1872, a sede da freguesia foi transferida da povoação de Nossa Senhora do Desterro para a vila de Itambé. Em 04 de fevereiro de 1879 a Lei Provincial nº 1.318 elevou a vila de Pedras de Fogo à categoria de cidade, com a denominação de Itambé. Em 08 de abril do mesmo ano a Lei Provincial nº 1.363 dividiu a comarca de Itambé em duas, tendo a nova comarca por sede a povoação de Timbaúba, que foi elevada a vila. Em 08 de fevereiro de 1893 foi constituído município autônomo, com base no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892. O primeiro prefeito foi o padre Dr. Manuel Gonçalves Soares d' Amorim. A Lei Municipal nº 1, de 08 de fevereiro de 1893, dividiu o município em dois distritos: 1º - cidade de Itambé; 2º - povoação de Camutanga (hoje município).

Na “Divisão Administrativa” de 1911 o município aparece constituído pelo distrito-sede e pelo povoado de Ferreiros. A comarca de Itambé foi restaurada pela Lei Estadual nº 1.316, de 10 de junho de 1916. De acordo com o quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1933, bem como nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município é formado pelos distritos de Itambé, Caricé, Serrinha e Camutanga. No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 92, de 31 de março de

1938, o distrito de Serrinha aparece com a denominação de Ibitira. Pelo Decreto-lei Estadual nº 235, de 09 de dezembro de 1938, o topônimo foi alterado para També (comarca, termo, município, distrito, cidade). Na divisão territorial fixada para vigorar no quinquênio 1944-1948 o distrito de Ibitira (ex-Serrinha) passou a denominar-se Ibiranga. Pela Lei Municipal nº 12, de 16 de março de 1948, o povoado de Ferreiros foi elevado a distrito, com parte do território de Camutanga, mas só foi instalado oficialmente no dia 19 de junho de 1954. A criação do distrito de Ferreiros foi confirmada pela Lei Estadual nº 1.819, de 31 de dezembro de 1953. Por ocasião do Recenseamento Geral de 1960 o município compunha-se de cinco distritos: També, Camutanga, Caricé, Ibiranga e Ferreiros. Em 20 de dezembro de 1963 as leis estaduais nºs 4.940 e 4.953 desmembraram de Itambé, respectivamente, os distritos de Camutanga e Ferreiros, ambos elevados à categoria de município. Em 02 de dezembro de 1975 a Lei Estadual nº 7.006, em seu art. 1º, determinou a volta da antiga denominação de Itambé.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. V. 18.

GALVÃO, Sebastião de V. Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. 2006. V.1

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/itambe.pdf>